

A sementeira do porvir : higiene e infância no século XIX

José G. Gondra

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo apresenta uma análise e reflexão sobre a produção da idéia da infância no Brasil. Religião, ciência, progresso, indústria, comércio e civilização são alguns dos signos que têm participado da configuração e construção desse conceito no contexto brasileiro.

Diante da complexidade da questão e da proliferação dos discursos sobre a infância, examina-se aqui um deles, bastante expressivo no século XIX, que incide na combinação entre regenerar e civilizar. Esta fórmula, cuja legitimidade foi forjada no interior da ordem médica, determinou que o trabalho viesse a focalizar a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), um dos lugares em que o tema da infância esteve presente regularmente ao longo do século XIX.

Com a perspectiva de analisar as representações que a respeito da infância foram produzidas, trabalhou-se com parte da produção da FMRJ, sobretudo com as teses de defendidas pelos alunos ao final do curso para a obtenção do título de doutor. Além disso, fez-se incursões precisas nas atas do I Congresso Brasileiro de Protecção à Infância e no conjunto das teses da I Conferência Nacional de Educação, na tentativa de indicar a permanência da infância na ordem do discurso médico, a ênfase na necessidade de sua higienização e certos deslocamentos das representações.

Palavras-chave

História da educação – Infância – Higiene – Educação escolar.

Correspondência para:

José G. Gondra

Rua Zamehof, 46 – apto.202

20240-070 Rio de Janeiro – RJ

e-mail:

gondra@domain.com.br

Sowing the future : hygiene and childhood in the 19th century

José G. Gondra
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Abstract

This paper presents a reflection and analysis of the construction of the idea of childhood in Brazil. Religion, science, progress, industry, commerce and civilization are some of the signs that have been part of the shaping and construction of this concept within the Brazilian context.

In face of the complexity of the issue, and of the proliferation of discourses about childhood, only one of them is examined here, a considerably influential discourse in the 19th century that rests upon an alliance between regenerating and civilizing. That formula, whose legitimacy was built inside the medical profession, determined that this work should focus the Medical School of Rio de Janeiro (FMRJ), one of the places where the issue of childhood was present throughout the 19th century.

With a view to analyze the representations made about childhood, part of the academic production of the Medical School of Rio de Janeiro was examined, specially the doctoral theses. Apart from that, judicious use was made of the proceedings of the First Brazilian Congress on the Protection of Childhood, and of the ensemble of theses from the First National Conference on Education, in an attempt to indicate the continuity of childhood as a theme in the medical discourse, the emphasis on the need of its hygiene, and certain displacements of representations.

Keywords

History of education - Childhood - Hygiene - School education.

Correspondence:

José G. Gondra

Rua Zamehof, 46 – apto.202

20240-070 Rio de Janeiro – RJ

e-mail:

gondra@domain.com.br

O homem brasileiro nada tem de inferior ao de outras terras, ao contrário, em muitas coisas lhe é superior; o que lhe falta é instrução, educação higiênica, proteção sanitária desde o ventre materno.

Dr. Gouveia, 1922

O sonho de um mundo melhor e a necessidade de organizá-lo constituem-se em um discurso recorrente ao longo da história da Humanidade. Atingir tal finalidade vem sendo associada, de diferentes modos e, por vezes, combinadamente, ao apego à religião, à ciência, ao progresso, à indústria, à civilização e também à concepção e ao tratamento que se dispensam à infância, por exemplo. Nesse trabalho, trata-se desse último aspecto, procurando refletir acerca da própria produção da ideia da infância no Brasil, das estratégias imaginadas para colocá-la na agenda das preocupações dos homens e das medidas pensadas para bem conformá-la.¹ Nessa direção, examinamos alguns lugares em que o tema da infância comparecia regularmente ao longo do século XIX, de modo a analisar quais as representações que aí foram produzidas. Assim sendo, trabalhei com parte da produção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), sobretudo com as teses defendidas pelos alunos ao final do curso, de modo a obter o título de Doutor. Em uma tentativa de indicar a permanência da infância na ordem do discurso médico, a ênfase na necessidade de sua higienização e deslocamentos das representações sobre essa questão, fiz incursões precisas nas atas do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância² e no conjunto das teses da I Conferência Nacional de Educação.³

Um primeiro aspecto observado nesse estudo refere-se à sua bordinação da infância a uma das áreas do curso médico: a de higiene. Nesse caso, a higiene é representada como ciência-matriz, a ponto de para uma hierarquia a ser seguida no interior da ordem médica, assim como em seu exterior. Hierarquização que se põe a higiene como discurso matricial, o que fica evidenciado em um conjunto de teses sustentadas na

FMRJ ao longo do século XIX. Dr. Coutinho, em 1857, ao introduzir o ponto de sua tese em que trata da questão escolar, enaltece a higiene, criada, segundo ele, pela Humanidade em sua luta contínua contra a desordem. Para esse médico, desde os tempos remotos até os nossos dias, a conservação e o aperfeiçoamento da espécie humana eram considerados uma necessidade indispensável, sejam os “esplendores da civilização atual, nos desertos da Arábia, no centro da Grécia belicosa, seja no tempo das grandezas da Roma antiga”. Embora uma se revestisse do espírito religioso, ou trase ostentasse no patriotismo espartano e outra tomasse a forma de princípio humanitário, era sempre “a higiene dictando os preceitos para a conservação e o aperfeiçoamento das forças humanas”, independentemente do espaço, do tempo e do princípio organizador das culturas.⁴ Ao referir-se ao

1. Esse trabalho tem origem em minha tese de doutoramento, intitulada *Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*.

2. Ocorrido no Rio de Janeiro, entre os dias 27 de agosto e 5 de setembro de 1922, organizado pelo Departamento da Creação no Brasil, contou com a inscrição de 2632 participantes, entre médicos, parlamentares, professores, representantes das delegações oficiais e de instituições públicas e privadas, advogados, religiosos, fazendeiros, comerciantes e engenheiros, dentre outros. Esse evento foi organizado em torno de cinco seções: 1- Sociologia e Legislação; 2- Assistência, 3- Pedagogia, 4- Medicina Infantil e 5- Higiene.

3. Evento organizado pela Associação Brasileira de Educação, com apoio do governo do Estado do Paraná, ocorrido em Curitiba, tendo sido aberto em 19 de dezembro de 1927. A I Conferência Nacional de Educação foi estruturada em torno de 5 comissões: duas do Ensino Primário, 1 do Ensino Secundário, 1 de Educação Higiênica e 1 do Ensino Superior. No total foram apresentadas 128 teses, distribuídas pelas comissões. No entanto, só foi possível recuperar 112 das teses e 14 pareceres referentes às não localizadas, sendo que em relação a duas, não foi possível localizar nem a própria tese, nem seu parecer (cf. INEP, 1997).

4. Aqui encontra-se presente o aspecto do uso “pedagógico” do passado para justificar o papel de saber-mestre que deveria ser atribuído à higiene. Deste modo, parece haver uma compreensão de história tal qual enunciada por Spencer (1886), isto é, só tem valor fazer e conhecer a história se ela tiver um uso prático, se puder funcionar como um guia para ação: “O que nos importa conhecer é a história natural da sociedade. Precisamos saber toda a ordem de factos que nos podem ajudar a compreender como se engrandeceu e se organizou uma nação” (p.53). Com isso, menos vale a distinção das sociedades trazidas como exemplo do que a incorporação por parte das mesmas de práticas higiênicas, causa do vigor dos homens e das sociedades. A respeito da concepção da história *magister vitae*, cf. Koselleck, s/d.

seu tempo, o médico fez ques-tão de reafirmar o valor da ciência:

O século XIX deve dar a higiene o lugar que ella occupa entre as sciencias, os progressos da chimica, da physica, da physiologia, as observações meteorologicas prestão-lhe o contingente de suas leis, que se convertem em principios hygienicos evitandoe atenuando a acção dos agentes externos, e corrigindo a sua influencia sobre as funcções do organismo. Os Srs. Londe, Rostan, Tardeu, Levy e outros são os representantes da hygiene actual, a qual se ainda não chegou ao seu maior gráo de perfeição, marcam tu do uma paginabrilhante na sciencia que ensina a conservar o organismo em seu perfeito estado funcional. (1857)

Evitar, atenuar, corrigir e conservar são constituídos em ações diretamente vinculadas à Higiene, recobrimdo-a de uma perspectiva antecipatória, preditiva e preventiva. Marcasque, de sua parte, também produzem uma espécie de religião da de com que essa ciência se faz representar. Marcasque procuram deslocar a ênfase na cura para a ênfase na prevenção, processo cujos efeitos também são assinalados pelo Dr. Coutinho:

A hygiene com seus progressos tem sido de influencia incontestavelmente benéfica, a humanidade tem ganhopor toda a parte, em que sua acção se faz sentir, como se provara com o augmento da vida media, e o desaparecimento de enfermidades em certas localidades, mas tal vez que não seja possível á sciencia humana obstar o apparecimento de epidemias que caminhando do Oriente se propagaão ás populações do Occidente, zombandodas melhores condições de vida, de clima, de estação e de asseio, como vimos no cholera-morbus, cuja marçades truído ra se estendia nos valles, galgava as colinas, e não respeitava nem condições social, nem sexo, nem idade. (1857)

Ao reconhecer e divulgar as contribuições da hygiene, no sentido de aperfeiçoar e fazer progredir a Humanidade, esse médico vai construindo um argumento que procura produzir a legitimação do discurso higiênico, em cujo interior a infância e sua educação deveriam ser abrigadas. Coerente com esse raciocínio, in vivo exemplos e modelos de boas práticas higiênicas. Segundo ele, a Europa, especialmente a França e a Alemanha, “não podiam ser indifferentes á hygiene das primeiras idades”.⁵ Nestes países, por ele considerados como cultos, “é a infancia cercada de cuidados e só a desampara quando adulta se confunde na massa comum da população”. Lembra, ainda, os auspícios recebidos pelas mães pobres mais próximas da rem à luz ao produto da concepção, a existência de creches que recebiam os meninos durante o período em que seus parentes se ocupavam nos trabalhos diurnos, as casas de expostos, as leis severas contra o infanticídio, as diferentes instituições caridosas voltadas para a infância, para os surdos-mudos e os cegos, que recebiam apoio e proteção dos homens de coração (sem o que, tantas vidas se consumiriam inúteis a si e à sociedade) e, do mesmo modo, a preocupação em formar os professores que cursavam aulas especiais. De acordo com Dr. Coutinho, tudo isto se observava e se praticava na Europa.⁶ Ao se referir ao criatório que indicava a qualidade dos estabelecimentos escolares, afirmava que o crédito obtido pelos colégios, na França, dependia do

5. Sobre a variação no conceito de infância, cf. Kuhlmann Jr, 2000, Leite, 1997, Marcílio, 1997 e 1998 e Priori, 1999. Nesse caso, também vale lembrar o clássico estudo de Ariès, 1981.

6. Teses médicas sustentadas em Paris e Montpellier permitem problematizar uma representação muito recorrente no Brasil oitocentista; a de que os problemas de hygiene no chamado mundo civilizado já se encontravam solucionados no século XIX. Nessa lista de teses é possível perceber que o tema da hygiene, de forma mais ampla, e o da hygiene escolar, mais particularmente, ainda se constituíam em objeto de estudo dos médicos franceses, indicando, assim, que, pelo menos, uma fração da intelectualidade médica francesa não dava como resolvidos os problemas de hygiene com os quais se deparava.

número de alunos premiados nos exames gerais, os quais eram feitos em comum e isentos do charlatanismo tão frequente em nossos colégios, finalizando em tom de denúncia.

Higienizar os excluídos

Após a apresentação dos modelos de uma educação higiênica, Dr. Coutinho (1857) apresentava uma proposta para os colégios da Corte, que demonstrava tão bem conhecer, partindo do princípio de que não era somente a educação científica que mereceria cuidado, já que a educação física era convenientemente dirigida, na França e no restante da Europa, e a ginástica e as belas artes faziam parte importante da educação, desenvolvendo o corpo e corrigindo as naturezas ásperas. Com isto, o sentimento do belo, do justo e do honesto era incutido na mocidade por intermédio das diferenças ramos de ensino. Aqui, segundo ele, ao contrário, não poderia “deixar de mencionar o facto repugnante, e que se reproduz quotidianamente no Rio de Janeiro; – falamos do aparecimento de notícias que dão as folhas publicas de recém-nascidos espostos nas praças e praias da cidade”, lamentando ainda “a completa indiferença que existe a esse respeito que, segundo a expressão de um muito illustre Len te da Escola, parece que o infanticídio é um crime tão fóra da indole de nosso povo que as autoridades policiaes se persuadem que estas exposições tem sem pre por causa a miséria dos parentes, que impossibilitados de enterrar os filhos, os lançam á caridade publica, e nunca se houve um crime afim de levar em os criminosos aos tribunales competentes.”⁷

Dois anos antes, a tese do Dr. Gonçalves (1855) explorava o tema dos enjeitados e, a par das duas doutrinas opostas sobre este tema, não oscila em associar-se àquela que conjuga o espírito cristão como o espírito da ciência médica. Neste sentido, este médico rejeita a posição que, segundo ele, era sustentada pelo Sr. Duchatel e por Lord Brougham, a qual não

previa qualquer assistência aos enjeitados já que, nestalinha de raciocínio, esta medida fari a população crescer sem limite e, como consequência, a própria miséria. Em posição diametralmente oposta, apóia-se em Isaías e São Mateus para afirmar que os verdadeiros católicos, tendo por norma os dois preceitos

7. O tema do infanticídio é tratado em um significativo número de teses apresentadas à FMRJ ao longo do século XIX. Este tema preocupava, sobretudo, pelo elevado índice de mortalidade infantil provocado por um conjunto de práticas, dentre as quais a Revista do IHGB (tomo 89, nº 143) destaca a ação das parteiras e do comércio de leite: “Cruz preta no portal de uma casa, indicava, nos tempos antigos, a residência de parteira. Disseminadas aqui e ali, pelos beccos e villas do Rio de Janeiro, não tinham mãos a medir. Sem leis coercitivas exerciam com plena liberdade os difíceis encargos da profissão. Depositarias de varios segredos, conhecedoras de muitas vergonhas e escandalos, gosavam de grande respeito e dispunham de grandes amizades. Dividiam-se em duas classes: a primeira, a mais numerosa, comprehendia as simples curiosas, aparadeiras, vulgarmente conhecidas pelo nome de comadres. Da segunda faziam parte as que tinham carta de aprovação. O exame era prestado perante os commissarios do proto-medicato, e em tempos posteriores na presença do cirurgião-mór ou de seus delegados. No numero destas ultimas havia também escravas. É bem de ver que os proventos da profissão iam encher as algibeiras do feliz senhor, que tinha a felicidade de contar entre seus captivos uma mulata ou negra ladina, entendida em parto. Nos archivos de nossa Municipalidade devem existir ainda os registros dessas curiosas cartas de aprovação. Ainda depois da Independencia custavam ellas: de feitos tres mil e duzentos, de assignatura mil e duzentos, e de impressão seis mil e quatrocentos réis. As curiosas por serem mais baratas, eram em geral encarregadas de levar á roda os recém-nascidos escravos, cujos senhores não queriam ter os incommodos da criação. Prestados os socorros á parturiente, voltava á noite a aparadeira e, mediante modica retribuição, recebia o fardo arrancado ás caricias da pobre mãe e ia depositar na portinhola da Casa dos Expostos. Envolvidas na clássica mantilha, não eram poucos os sustos que soffriam: evitar as vistas dos transeuntes e as indagações dos quadrilheiros da policia do Vidigal famoso. Passados os dias de resguardo, constituia-se a parturiente captiva, lucrativa fonte de renda. O escravocrata logo a annunciava presente no discurso do Dr. Coutinho, em 1857. É possível pensar que a defesa do aleitamento materno defendido pelos médicos seria também uma estratégia para combater o comércio mercenário do leite e a exploração gananciosa que os senhores faziam de suas escravas, seja na qualidade de parteira, seja na de ama e, com isso, também constituíam a moda e o luxo feminino em práticas a serem erradicadas. Pode-se, ainda, associar ao tema do infanticídio as teses que tratam do aborto, gravidez, parto e do funcionamento das Casas dos Expostos. Um exemplo de tese que trata deste último ponto é a de Gonçalves (1855).

da religião, de amar a Deus e ao próximo, não poderiam admitir o abandono dos “engeitados”, sustentando que:

Para nós a criança, quer seja filha de união legítima, quer de uniões que a lei proíbe, tem igual direito ao interesse da sociedade; já nossas leis sabiamente dispostas, reconhecem este princípio outr’ora desprezado, em tempos de ignorância e barbárie; sua beneficência não pode ainda infelizmente modificar a opinião pública que quase inflexível leva sua intolância; é pois bem triste que essa que não pôde resistir á linguagem dos sentidos, e da sedução, seja a única vítima da censura, e do desprezo da opinião pública, ao passo que seu próprio seductor passa impune por seus crimes, zombando muitas vezes da miséria que levou a infeliz. (1855)

Ao representar a mulher como vítima dos “sedutores”, ajuda a construí-la como objeto e não como responsável pela gravidez, caracteriza a proteção da mulher e da criança sob o manto da religião e da medicina, insatisfeitas com os índices de mortalidade infantil, sobretudo junto à população pobre. É com base nestas posições que ele sustenta a necessidade de criação dos “hospícios dos engeitados”, alegando que seria mais vantajoso socorrer os meninos pobres reunidos em uma casa comum, a qual garantiria a moralidade das crianças e das mães, bem como a proteção destas últimas. Em seguida, Dr. Gonçalves acrescenta que, ao se admitirem os “hospícios”, estariam sendo salvas as vidas de “muitos infelizes” que, caso contrário, poderiam ser objeto de aborto, de infanticídio ou de uma exposição inevitável. No entanto, a casa dos expostos deveria ser organizada segundo os preceitos da higiene, sob pena de se ver mantido o alarmante índice de mortalidade, o qual, de acordo com a estatística deste médico, atingia 82% na Casa dos Expostos do Rio de Janeiro. Uma exceção na li-

da de, com paridade com o que ocorria em casas semelhantes em outras cidades do Brasil e do exterior, como ele apresenta no mapa reproduzido no Quadro 1.

Ao apresentar esta tabela, Dr. Gonçalves destaca o elevado índice de mortalidade do Rio de Janeiro, após o que procurava apontar as causas que, segundo ele, mais poderosamente concorriam para a grande “destruição de infelizes abandonados por seus pais, que, procurando no hospício a proteção, e amparo de sua vida”, só encontravam “um caminho mais curto para a sepultura”. Isto ocorria em virtude do estado da Casa dos Expostos do Rio de Janeiro: poucas acomodações para o número de crianças recebidas, falta de vigilância necessária, surtos epidêmicos de oftalmias, desintérias, tubérculos mesentéricos, sarampões e bexigas, contato entre os doentes, aleitamento coletivo, desprezo às regras de asseio e falta de equipamentos necessários à realização de algumas atividades clínicas.⁸

Adicionalmente, como causa, a própria idade: por ser a criança mais frágil, mais facilmente sucumbia às doenças e morria, além disso o próprio estado com que as crianças eram lançadas na “roda” (vindas de muito longe, sofrendo privações de toda a sorte, abaladas por condições desfavoráveis, expostas ao frio da noite ou ao calor do dia, por vezes depois de demoradas horas nas portas das igrejas ou nas escadas dos edifícios, ou então já quase a morrer) e, finalmente, a qualidade das amas. Tudo isto, combinado, explicava o elevado índice de mortalidade infantil. Ao traçar o mapa das causas, torna-se possível perceber as prescri-

8. Sobre a continuidade das Casas dos Expostos até meados do século XX, no Brasil, cf. Marcilio, 1997. Segundo essa autora, as Casas dos Expostos do Brasil foram as últimas do gênero existentes em todo o mundo ocidental. O fim dessas organizações coincidiu com o aparecimento de outras organizações voltadas para a infância. Sobre as Casas de Asilo em Portugal, cf. Fernandes, 2000, e sobre as creches e outras medidas de proteção e cuidado da infância no Brasil, cf. Kuhlmann Jr., 2000.

Quadro 1. Mapa da Mor te nas Ca sas dos Expos tos

	Anos	Existiam	Entraram	Total	Faleceram	Mortalidade
Rio de Janeiro	1852-53	70	560	630	515	82%
	1853-54	53	552	605	462	76%
	1854-55	76	528	604	275	45%
Campos	1853-54	224	65	289	33	12%
Porto Alegre	1853-54	186	72	258	45	14%
Bahia	1853-54	74	75	149	40	27%
Pernambuco	1853-54	274	119	393	79	21%
Portugal	1851-52	33.010	14.957	47.967	9.468	19%
	1852-53	33.832	15.358	49.190	9.899	20%
Lisboa	1853-54	—	—	1.843	347	19%
Coimbra	1853	833	470	1.303	152	11%
	1854	962	600	1.562	181	12%
Madeira	1853	978	212	1.190	125	10%
França	1845	96.788	25.239	122.027	12.592	11%
Paris	1852	14.039	3.303	17.342	2.006	11,5%
Madri	1854	4.957	1.860	6.817	1.596	23,5%

ções extraídas do guia da higiene no que diz respeito à manutenção da infância pobre e abandono da. Guia da higiene que, como o próprio Dr. Gonçalves afirma, encontrava-se em profunda sintonia com os preceitos da fé cristã. Guia, por tanto, da razão e da fé, que pouco discute as causas da pobreza, mas sim os procedimentos a serem adotados para cuidar dos deserdados, dos infelizes, dos enjeitados. Neste sentido, trata-se de uma representação em torno da pobreza que estranha aqui lo que identifica como práticas da barbárie (o abandono dos enjeitados), naturalizando, com tudo, a própria pobreza.

No “1º Congresso de Proteção à Infância” (1922), esse tema manteve-se presente, ampliando-se, com tudo, o leque dos argumentos em favor da higienização da infância. Uma flexão, observável nesse momento, articula os argumentos médico-religiosos ao econômico. Com

esse deslocamento, o cuidado com a infância passa a ser representado como investimento, tendo em vista gerar/produzir sujeitos que pudessem ser integrados produtivamente ao mundo do trabalho. Nesse movimento, a proteção à infância encontrava outro motor.

Ao dirigir-se aos presentes na sessão de abertura desse evento, Dr. Fernando Magalhães⁹ recolocava a preocupação em torno da infância, trazendo para o debate o aspecto econômico dessa questão. Para ele, o aproveitamento e avigoramento da criança representavam a economia, o acréscimo das forças vivas da nacionalidade. E indagava ao seu audiógrafo: “De que vale a salvação para trazer ao Brasil imigrantes quando deixamos

9. Membro da Comissão Executiva desse evento, médico da FMRJ, diretor da “Pro Matre”. Esse discurso foi pronunciado em nome dos delegados oficiais dos Estados do Brasil.

emigrarem para a eternidade as creancinhas por falta de cuida dos?”¹⁰ Em seguida, comenta e posiciona-se: “O problema da criação dos meninos deixou de ser uma questão de ordem puramente familiar para abranger multiplas intres ses de ordem social.” Nes sa li nha, ele afirma: “Uma creança que se perde, material ou moral mente, não signifi casó mente uma sa u da de para a fa mi lia, uma ver go nha para os paes; é, mais do isto, uma for ça que se per de para a so ci e da de” (1924, p.132). Nes ses ter mos, a in fân cia é man ti da em dis curso, ins ta lan do-a na con di ção de “maximo problema social”, man tendo-se igualmente a fórmula articulada em nome da hi gi e ne de modo a re sol vê-la, a qual en con tra-se ins cri ta e ex pres sa na gra má ti ca do gui ar, aju dar, cor ri gi re e subs ti tu ir.

Para Dr. Magalhães (op. cit.), diferentes instituições deveriam conjugar tal gramática. Segundo ele:

No lar, na escola, nas officinas diversas, a creança não per ten ce só men te á fa mi lia, não cabe a esta cu i dar de que ella viva, cres ça, se de sen vol va, se aperfeiçoe; á sociedade, aos governos cabe verificar, fiscalizar, assistir, defender no me ni no os seus pro pri os in te res ses, im pe di do que elle seja mal ou insuffi cien te men te nu trido, que se lhe exijam trabalhos intellectuaes ou physicos incompativeis com as suas forças ou com a sua eda de, que se lhe ne gue o pão do es pi ri to ou se lhes cres tem as flô res da vir tu de e do co ra ção, que se veja elle exposto ao con tagio das mo les ti as e dos vi ci os. (1924, p.133)¹¹

Com bi nan do e con ju gan do es for ços, ob ter-se-ia uma infância protegida, higienizada. Em con se quên cia, ob ter-se-ia a pró pria de fe sa da so ci e da de¹², pois para o pro fes sor da FMRJ:

Surpresas admiraveissão com met ti das por cri minosos profissioaes, rebeldes a todas as in jun ções das leis e da moral, insensiveis á vergonha d apena, preguiçosos e debochados, cynicos e cupidos, vi ven do fó ra da so ci e da de e á

sua cus ta, por que sua in fan cia foi mal ou não foi ab so lu ta men te pro te gi da. Por ou tro lado a sociedade arrasta consigo um enorme peso morto de in di vi du ali da des in u te is, por que cre an ças não fo ram adap ta das á col lec ti vi da de. Quando recolhemos um pequeno ser atirado sózinho na tu mul tu osas mar êtas dos re fol hos so ci a es, vic ti mas de paes in dig nos ou de ta ras pro fun das, não é elle que nós pro te ge mos, são as pes so as ho nes tas que de fen de mos; quan do tentamos chamar ou fazer voltar á saude physica ou moral seres decadentes e fracos, ameaçados pela contaminação do crime, é a própria sociedade que defendemos contra aggressões, das quaes para ella mesma, o abandono das creanças consti tue uma ame a çã ou um pres sa gio. (1924, p.133)

A manutenção da infância em discurso ocorre, portanto, com a agregação de novos elementos. Ao lado da eco no mia, a de fe sa da so ci e da de, mais do que a de fe sa das in di vi du ali da des das cri an ças, é ele i ta como ra zão para a pro te ção da in fân cia. Ame a çã ou pres sã gio adjetivam os excluídos, aspectos que fundamen tam a in ter ven ção do Esta do, qua li fi can do o pro ble ma da in fân cia ora como ques tão do Estado, ora como “magno problema social”. Ao admitir que a defesa da infância implicava a defesa da sociedade, Dr. Magalhães propõe que tal questão também pudesse ser percebida na órbita do “direito penal”, redimensionando mais uma vez o problema. Antes de finalizar seu discurso na aber tu ra do re fe ri do even to, esse mé di co re lem bra uma afir ma ti va co mu men te ou vi da: a de que “já não te mos ho mens” e de que tudo se encontrava diminuído, degenerado e des moralizado, em virtude do que exclamava:

10. De acordo com observação da ata, essa indagação foi objeto de “Applausos”.

11. Trecho objeto de “Muitos applausos”, de acordo com as atas do Congresso.

12. Uma reflexão instigante acerca dos procedimentos adotados em defesa da sociedade encontra-se em Foucault, 1999.

“somos um país de perdidos!”. Ele, então, dirige-se ao público: “Achaes assim? Julgaes des te modo? De quem a cul pa? O que fa ze mos por prophylaxia? Não re a gire mos? Deixa re mos que a infecção se generalize no organismo social?” Ao co men tar o ques ti o ná rio que apre sentara ao público, ele assegura que se não “temos homens foi porque não foram bem aproveitados e dirigidos os meninos de hon tem.”, re-indagando seus ouvintes (e futuros le i to res): “Como cru zar os bra ços e não agir no sen ti do de for mar ho mens?”

Ao de ba ter essa úl ti ma in ter ro ga ção, pro cura con ven cer e en vol ver seu au di tó rio na luta em fa vor das idéi as de fen di das e do pro gra ma proposto, reafirmando a tese da criança como “sementeira do porvir”, razão que o levava a con clamar todos a se aplicarem, com afinco, pa i xão e ca ri nho, ao tra ba lho me ri tó rio de for mar em cada criança um homem digno de amanhã.

Na I Conferência Nacional de Educação (1927) a in fân cia per ma ne ce em dis cur so, o que pode ser evi den ci a do na quan ti da de de te ses em que esse tema é tra ta do, cen tral ou la te ral men te. Dr. Be li sa rio Pen na, pre si den te da Co mis são de Educação Higiénica desse evento, em sua tese, ana li sa a ne ces si da de da edu ca ção hi giê ni ca. Apo i an do-se em um “no tá vel eu ge nis ta” es pa nhol¹³, chega a afirmar que “o problema hu ma no é um pro ble ma de hi gi ne, re sol vi do o qual, de sa pa re ce rão as ca u sas da mí sé ria hu ma na” (p.32). No caso do Bra sil, o pro ble ma de hi gi ne, para o Dr. Pen na, atin gia mais de 90% da po pu la ção que “não sa bem ou não têm su fi ci en te mente educadas a in teligên cia e a vontade para defender e melhorar incessantemente a própria vida”. Sendo assim, continua, era evi den te que não con tri bu íam para a de fe sa e me lho ra men to da vida da fa mí lia, da so cie da de e da espé cie. Ao con trá rio, afir ma, o con cur so de in dolentes, de depositários e propagadores de doenças e taras patológicas é o de contínua e progressiva degeneração da família, da sociedade e da espécie.

Não bas tas se esse qua dro, o mes mo en con tra va-se agravado pois, segundo Dr. Penna, dos pou cos bra si le i ros que sa bem de fen dere e me lho rar a pró pria vida, in sig ni fi can te fra ção preocupava-se com a defesa e melhora mento da so cie da de, con tan do-se pe los dedos os que cogitavam o aperfeiçoamento da espécie. Aqui, Dr. Penna deixa pistas para se compreender uma nova inter ven ção jun to à in fân cia. Lado a lado com o ar gumen to eco nô mi co (me lho rar a so cie da de) e o ju rí di co (a de fe sa da so cie da de), esse mé di co aco pla a ra zão eu gê ni ca (a per fe i ço a r a espé cie), advertindo que depende do poder e vontade do homem “apurar as qualidades, corrigir ou eliminar os defeitos”, superando-se “no pro du to, ser vin do-se no jar dim do matrimônio com a vontade firme de criar fi lhos e que es tes se jam me lho res do que os que o ge ra ram” (1997, p.33). A in ob ser vân cia dos “deveres” sociais, morais e raciais conduziria ao se guín te qua dro:

A in ob ser vân cia des ses de ve res é que acar re ta ma les pro fun dos e gra ves pe ri gos para os po vos que os es que cem ou des pre zam. São eles: a in dolên cia, a do en ça. O des ca so pela hi gi ne fi si ca, men tale mo ral, as in to xi ca ções e u for si ti cas vol un tá ri as, o su í cí di o, os aten ta dos con tra os bense di re i tos do pró xi mo, o ho mi cí di o, o ego ís mo, a fal sa con cep ção do ca sa men to, a de ge ne ra ção da ra ça, o lu xo, a con cup is cên cia, a prosti tu i ção, o jo go, a imo ra li da de, o la tro cí ni o, a mor ta li da de in fan til, a ir re li gi o si da de, o an ti pa tri o tis mo, a cor rup ção, o su bor no, a ti ra nia, o pa vor à li ber da de e à ver da de e o pre do mínio da for ça so bre a jus ti ça e o di re i to. (1997, p.32)

No amplo rol dos efeitos da não obe diên cia aos pre ce i tos da hi gi ne e da eu ge nia, o mé di co pre nun cia um qua dro de so la dor de

13. Qualificação atribuída pelo brasileiro a Luis Huerta.

modo a aglutinar todos em torno do projeto em que acreditava e com o qual encotrava-se comprometido, individual e corporativamente, pois entendendo que o que enunciava está autorizada pela ordem do discurso da qual faz parte, isto é, esse tipo de enunciação encontrava credenciado pela ordem médica. Nesse extenso conjunto, evidencia-se igualmente uma complexa combinação das razões para higienizar. No discurso do Dr. Penna incidem os argumentos religiosos, higiênicos, econômicos, jurídicos e eugênicos, convergindo todos para uma infância a ser modelada exemplarmente. Nessa tarefa, agências distintas deveriam cumprir tarefas específicas com sorciadas: a casa, o asilo e a escola. Agências já referidas ao longo do século XIX. No entanto, o centro desse trabalho foi constituído em torno da reflexão acerca da relação entre o discurso da higiene, infância e educação escolar.

No que se refere aos colégios, destina de uma infância mais afortunada, Dr. Coutinho (1857), para alterar o quadro de insensibilidade e impunidade que percebia, exortava as autoridades para que se proce des se à adoção dos preceitos higiênicos, pois os cuidados que se deviam prestar à infância eram “quasi desconhecidos entre nós; no que é relativo à educação, a higiene ainda não pres tou o seu apoio, e seus preceitos ou são ignorados, ou desprezados em nossos collegios.” O tom, marca da mente de denúncia, pa rece acen tuar-se quando se dirige a uma suposta retórica, existente à época, que apregoava a vida dos higiênicos ao mesmo tempo em que não criava condições para que os mesmos fossem efetivos: “Em nosso paiz, em que o charlatanismo e a especulação tem to ma do propor ções ganhan tas.” Com relação ao charlanismo, afirma va: “a educação não foi es que ci da pe los fli bus te i ros que abundão no paiz; engendrou-se o programa collegial com todo o cortejo de promessas nunca realizadas.” Com relação à especulação, denunciava: “atrahe-se a concurrencia de alumnos com pomposos annuncios, as sciencias, a

literatura, e as bellas-artes são garantidas a mocidade: promettem tudo e nada cumprem.” Aqui, também, é possível perceber, no reconhecimento da aquilo que não se realizava, a presença do debate acerca da higiene nos colégios, embora, segundo Dr. Coutinho, o que se verificava era uma discrepância entre as propostas higiênicas e os atos efetivos.

Do ponto de vista dos atos, ao finalizar sua pregação em favor da higiene, ciência agregadora dos aspectos físicos, intelectuais e morais da educação escolar, insistiu no tom de denúncia ao se referir à perplexidade dos pais no momento de enviar seus filhos aos colégios, fosse pelo caráter especulativo e perigoso das casas de educação, fosse pela qualidade dos diretores dos estabelecimentos escolares, bem como a de seus professores:

Aquelles que não ignorão o estado de nossos collegios ficão perplexos quando tem de enviar seus filhos á instrucção secundaria; e com razão, porque exceptuando poucos dignos collegios que conhecemos, os outros não são mais do que casas de especulação immoral e perigosa.

Os exames publicos a que fõrão obrigados os directores e professores mostrãõ a sua ignorancia, e não é para admirar que muitos candidatos não conseguem com os exames actuaes se matricularem nas academias do Imperio; isto em relação á instrucção litteraria. A educação moral e religiosa é desgraçadamente nulla; a incredulidade vai se generalisando em nossa mocidade com todas as suas consequências fataes; o desanimamento nos corações juvenis, cria rizes perniciosas, e é o caminho seguro para o scepticismo que mata a crença, que bra os la ços que unem os indivíduos entre si, desvir tua as forças da intelligencia e aniquila as tendencias humanitarias. (1857)

De posse dos modelos bem sucedidos no emprego dos preceitos higiênicos, Dr. Coutinho classificava o que via no Rio de Janeiro

como algo a ser superado pela obediência à doutrina do higienismo, isto é, ao saber médico, cujo raio de ação procurava atingir o ser humano nas suas dimensões física, moral e intelectual, constituído de uma trindade pedagógica, fundada, amparada e legitimada pela ordem médica. Assim, guiada pela ordem médica, estar-se-ia procedendo a uma operação com um duplo efeito: higienizar as “casas de educação” e dar à higiene o lugar de proeminência entre as mais ciências que floresciam (química, física, fisiologia e meteorologia).

A higiene como ciência da infância

Dr. Guimarães, em 1858, retomou a defesa da higiene ao avançar a condição de “Ciência da Infância”. Ao discutir as competências na educação dos filhos, afirmava haver três grandes agentes que deveriam participar desta tarefa: as mães, os pais e a higiene. O extenso discurso sobre a “Ciência da Infância” é bastante expressivo do modo como os médicos representavam a educação escolar, impondo a estes princípios, métodos e procedimentos oriundos daquela. Sobre os agentes, defende uma educação pública que subtraísse a criança da influência única e exclusiva do ambiente familiar, posto que o Estado queria marcar seus filhos, educando-os. O Império de se estabelecer a constituir seus súditos, não mais cabendo, portanto, uma educação exclusivamente doméstica, em que as mães cuidassem da formação moral e os pais, da formação intelectual. Defendia, contra esse formato, uma educação em que a família se constituísse em torno da criança, não cabendo, portanto, a separação de competências entre o pai e a mãe; o que alteraria o próprio conceito de família e o lugar da educação no seu interior.¹⁴ Defende, do mesmo modo, que a educação não se esgotasse nesse novo modelo de funcionamento familiar, sustentando a necessidade de uma educação pública a ser desenvolvida sob os auspícios da higiene:

Não admitimos como quer Mr. A. Martin, que sejam as mães as únicas encarregadas da direção moral de seus filhos, ficando reservado aos pais o cuidado da instrução puramente. Com efeito pela própria lei da natureza a mãe deverá ter uma grande parte na educação dos primeiros anos tanto moral como de outra espécie, mas pretender negar ao pai uma parte nesta doce e subtil tarefa seria cruel, prejudicial e até mesmo impossível. A harmonia, que deve subsistir entre o pai e o filho se romperia ficando aquele estranho à formação do coração deste; um desacordo contínuo reinaria entre o esposo e a esposa intervindo aquele muitas vezes de uma maneira contrária à estas relações sentimentais de seus filhos.

Aos pais portanto, como temos visto, pertence uma parte desta dupla tarefa e à higiene, como veremos é reservada outra. A higiene, o mais importante dos ramos da Medicina, como diz o nosso distinto médico Sr. Dr. Thomaz Gomes dos Santos, virá fortalecer os meios de prolongar estas existências vacilantes e de combater victoriosamente sua fraqueza nativa.

Esta ciência da infância virá nos trazer às famílias e aos directores dos estabelecimentos públicos e particulares a importância que devem ligar à constituição, temperamento, fraqueza e disposições morbidas da infancia, e ensinar-lhes a obviar estes inconvenientes opondo-lhes uma alienação variada e escolhida, ar, água, loção, clímax, etc. uma gymnastica proporcional e até mesmo agentes medicamentosos. (1858)

14. Sobre a confluência entre o modelo familiar nuclear e o modelo escolar moderno, o estudo de Ariès (1981) constituiu-se em referência obrigatória. No discurso do Dr. Guimarães é possível entrever a articulação, presente em sua defesa, entre uma “educação pública” e o reconhecimento das famílias, redefinindo e alterando, assim, as competências de pais, mães e as do próprio Estado. Para o caso brasileiro, o estudo de Costa (1989) indica, com um bom nível de precisão, como o processo de constituição da família conjugal foi representado pela ordem médica que, deste modo, procurou constituir-la.

Como se pode verificar, o brado deste médico em favor da higiene, elevando-a à condição de grande ciência da infância, produz uma representação que a transforma em molde dos modos familiares, particulares e estatais de educar e formar o bom homem social. Ciência esta que, para atingir seus fins regenerativos – cuidar e elevar os débeis – poderia, inclusive, fazer uso da arte de formular, isto é, dos aspectos médicos mentos, o que sugere uma representação amplificada deste ramo da medicina, que, nesse discurso, se encontra elevada ao lugar “mais nobre e importante”.

Neste sentido, não é de se estranhar que este traço também esteja presente na tese sustentada pelo Dr. Armonde em 1874. No prefácio, logo no primeiro parágrafo, sua marinha a apresentação pessoal e o seu interesse pelo “ponto” escolhido:

Eis-nos, jovem tímido, intelligencia pobre de illustração, espirito pouco affeito ás lidas que occupão os animos superiores e consummados pensadores, encetando um escripto publico sobre o assumpto do mais palpitante interesse, a synthese de todos os problemas sociais – a educação.

O médico, ao se envolver no desafio de produzir um escripto público em que passa ao papel “apouca das reflexões” e a “observação de algumas cousas relativas á educação na Côte” toma para si um objecto que, segundo ele, era a síntese de todos os problemas sociais. Esta escolha não se constitui em uma escolha estritamente individual, mas profundamente controlada pelos discursos que a corporação médica elege como prioritários ao longo da formação, na conclusão do curso e também no exercício profissional. Após explicar o valor do trabalho, caracteriza, em seguida, o que entende como “Ciência da Infância”. No ponto escolhido e desenvolvido pelo Dr. Armonde, ele procura, nesta perspectiva, valorizar a área de higiene no interior do campo médico:

A Higiene é a primeira das sciencias. Realiza o ultimo de si de ratum de Hypocrites, é a aspiração principal do homem, dando-lhe a felicidade possível na vida; a hygiene é o succo doce de todos os fructos colhidos pelos cultivadores diversos e numerozinhos da grande arvore das Sciencias Medicas.

Como uma mãe extrema para a humana da de, ella afasta de nós, e minuciosamente, todos os obstáculos que possam impedir ou perturbar a nossa vida. Mais piadosa que a propria Therapeutica, evita as molestias, que a esta só é dado curar. (1874)

A dissertação do Dr. Armonde fortalece a crença do poder da higiene, posto que esta “mãe extrema” era a responsável por provocar um deslocamento no funcionamento da medicina, cujas preocupações, conforme os princípios da higiene, deveriam migrar da “cura” para a “prevenção”. É, pois, com o entendimento de que as intervenções educacionais se contravam-se marca das por um caráter preventivo que o autor desenvolve a sua dissertação, do que também decorria o seu interesse (e o da medicina) pela educação. Ainda no prefácio, o Dr. Armonde sinaliza para o tratamento que daria aos diferentes aspectos contidos em seu ponto. Assim, ele enuncia seu protocolo de leitura:

Á medida que discorrer mos, fallaremos das relações existentes entre esse estado e a saúde dos habitantes, procurando mostrar que molestias ha entre nós, cujo desenvolvimento é devido á imperfeita educação; concluindo que, com o aperfeiçoamento desta, muito ganharão o nosso estado sanitario e a nossa civilização, a nossa futura grandeza, seja material ou moral. A educação, todos os sa bem, comprehendemos: educação physica, moral e intellectual. Tão importantes são as relações que entre si guardam esta triplícera miificação, que muitas vezes não podem ser completamente classificadas em um ramo, por se ligarem igualmente aos outros.

Tra tan do de uma ques tão de edu ca ção physi ca, por exem plo, nada mais na tu ral do que pas sar-se insensivelmente para uma questão de educação moral ou in tel lec tu al. Uma das dif fi cul da des do nos so pon to está, pois, pre ci sa men te nes sa in ti ma cor re la ção, nessa qua se in se pa ra bi li da de das ques tãoes. (1874)

Dr. Armonde explicita, por tan to, em seu protocolo o interesse pela “imperfeita educação” na sua “tríplice ramifi ca ção” (física, in tel lec tu al e moral), a qual carecia de aperfeiçoamento e que, se efetivada sob os auspícios da medicina, in ter fe ri ria po si ti va men te na pro du ção de “nos sa fu tu ra gran de za”. Isto é, o tri un fo do Império encontrava-se subordinado a uma cadeia de relações causais, que teria em sua pon ta ini cial a hi gi e ne, a qual de ter mi na ria uma boa edu ca ção que, por sua vez, se ria de ci si va na cons tru ção de um bom es ta do sa ni tá rio, uma boa civilização e, conseqüentemente, a grandeza ma te ri a le moral do país, estabe le cen do, des te modo, uma hi e ra r quia de sa be res e de po deres. Neste sentido, nas teses médicas da FMRJ, pode-se perceber que, apesar de posi ções di fe ren cia das acer ca de ques tãoes espe cí fi cas, tais como o papel da igre ja, da edu ca ção fe mi ni na e da obri ga to ri e da de do en si no, a ên fa se an un ci a da na for ma ção da mo ci da de é de sen vol vi da se gun do um mo de lo dis cur si vo mar ca do pelos elementos da modéstia, da autori da de (pela eru di ção e co nhe ci men to do pas sa do) e de relevância do tema estudado, bem como pela defesa de uma rede hierárquica de po der, em cuja ori gem e pon to su pe ri or lo ca li za va-se a “Ciên cia da Infân cia”.

A higiene no discurso professoral

O dis curso da hi gi e ne, no en tan to, não se cons ti tu ía em uma par ti cu la ri da de dos con clu in tes do curso de me di ci na. Tam bém era le gi ti ma do jun to ao cor po do cen te da fa cul da de. O mé di co-professor Carlos Rodri gues Vas con cel los, ao con cor rer ao car go de Len te de Hi gi e ne

da FMRJ, foi obri ga do, pe los dis po si ti vos es ta tu tá ri os, a es cre ver de fen der uma tese so bre esse tema, intitulada “Hygiene Escolar”. Essa tese, contudo, distingue-se das demais pelo fato de pre ten der abor dar um úni co pon to, a hi gi e ne es co lar, e en con trar-se ma te ri a lmen te es tru tu ra da de mo do dis tin to, já que possui capa e dados institucionais imedia tamente se gui dos pelo texto pro pria men te di to. Não encontramos, por tan to, nem a se ção de agra decimen tos, nem a nota a va li a ti va, tam pou co os aforismos de Hipócrates. Registro uma ou tra dis tin ção, que se re fe re à pre sen ça de imagens gráficas no corpo do trabalho, dis pos tas ao fi nal do mes mo, em que o le i tor tem acesso aos desenhos de diferentes tipos de mo bi lí a rio es co lar re fe ri dos pelo au tor em seu dis curso, quan do de di ca-se a abor dar essa proble má ti ca, pro curan do com pa ra ros mo de los exis ten tes no mun do, suas ca rac te rís ti cas e van ta gens. É man ti da, con tu do, a nota de que “A Fa cul da de não ap pro va nem re pro va as opi ni ões emi ti das nas theses que lhes são ap re sen ta das.”

O dis curso do Dr. Vas con cel los em tor no da ques tão da hi gi e ne en con tra-se or ga ni za do em cinco blocos: Introdução, Internatos e Externatos, A Escola, o Aluno e Moléstias Escolares. Na introdução, o autor procurou res sal tar a re le vâ n cia do tema a que se de di ca va, bem como a abor da gem de sen vol vi da. Para ele, a hi gi e ne es co lar cons ti tu ía-se em um as sun to que pre o cu pa va o es pí ri to dos hi gi e nis tas fazendo com que os múltiplos e variados ele men tos de aná li se en con tra dos nos es ta be le ci men tos es co la res es ti ves sem des per tan do a ati vi da de de um grupo de trabalhadores que clamava “todos os dias pelas urgentes reformas de que necessita esse ramo da hygiene.” Reforma esta que, na óti ca des se mé di co, de veria con ju gar di fe ren tes fa cul da des do ho mem, rompen do com uma tradição da Antigüidade em que os povos esmeravam-se na edu ca ção fí si ca dos ado les cen tes, mas des prezavam o lado intelectual. Em sua época,

registra que ocorria um movimento oposto, isto é, em vez de ginásios onde se formavam grandes atletas, “ve mos pre di os e pa di ei ros onde as crian ças vão ini ci ar-se no cul to des sas de usa at tra hentes, diffi ce is de se mos tra rem –A Sci en cia ou a Arte –, mas á cus ta do de sen vol vi men to physi co, á cus ta da sa u de.” Ao con clu ir o di ag nós ti co da edu ca ção de seu tem po, afir ma que os ado les centes são ví ti mas “im mol a das em hon ra da edu ca ção pe la tu ber cu lo se, escrophu lo se, ra chi ti smo, etc., ou de ixan do im pres sos os ca rac te res dos vici os de con for ma ção ad qui ri dos nesse meio ain da tão des cu ra do en tre nós”. Para sus ten tar sua po si ção, re cor reu a um hi gi e nis ta ita li ano¹⁵ que con firm a va a ne ces si da de im pe ri o sa de se de di car aten ção à es co la e de re for má-la a par tir dos pos tu la dos hi gi e nis tas: “La scu o la é il sa cro Pa la dí o ve é ri pos tol’ av veni re del la na zi one.” Desc ri ta como sa gra do pa lá cio, a es co la de ve ri a ser or de na da pe los prin cí pi os, mé to do se pres cri ções da hi gi e ne, de mo do a po der for mar su je i to s for tes, sa u dá ve is, in tel i gen te se mo ra li za dos que, co me sas ca rac te rís ti cas, ali cer ç a ri am a na ção, con sti tu in do-se em base se gu ra pa ra um fu tu ro ideal i za do como gran di o so.

Países¹⁶, personagens¹⁷, levantamentos¹⁸, procedimentos¹⁹ e es tra té gi as²⁰ in te gram a tra ma discursiva desse médico, cujo objetivo é convencer a todos de que o investimento em educação constitui-se em um esforço que poderia ser lar ga men te re com pen sa do quan do se restituisse à “sociedade as crianças que foram entregues aos estabelecimentos de educação, educadas, fortes, robustas e aptas para pagarem com usura o em pre sti mo que con tra hi ram com ella in di re ta men te.” Ao en cerr a sua in tro du ção, ele busca reconhecer que seu trabalho não era completo, assinalando que os problemas que abordava requereriam estudos especiais, o que era incompatível com as características de uma tese. Todavia, afirma que em sua tese estavam indicados “os verdadeiros princípios em que se deve basear higienistas e constructores”, e que se sentiria suficientemente recompensado se tivesse a

fortuna de ver “atendidas as nossas reclamações”.

Neste conjunto de observações, fica res sal ta da a pre sen ça de tra ços de um pa drão discursivo iden ti fi ca do nas teses mé di cas: hu mil da de, eru di ção, au to ri da de, va lo ri za ção do objeto estudado e hierarquização de saberes tendo, como base, a ciência da higiene. No que se refere às representações deste último médico sobre o objeto educacional propriamente dito, ve ri fi ca-se que ele pro põ e a re li za ção de uma ampla cruzada moralizadora, combatendo e mentemente o modelo escolar dos internatos, sendo este ponto merecedor de destaque, pois é possível, com isto, perceber uma disputa entre a forma escolar mais identificada com o modelo religioso – dos seminários/mosteiros, de uma vida

15. Fazio, *Tratado de Igiene*, de 1886.

16. França, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Suíça, Áustria, Itália, e até mesmo, segundo ele, a “tyrannizada” Rússia; nesta sequência.

17. Rousseau (*Emile*), Montaigne (*Essais*, livro I), Locke (*Education des Enfants*, 1821) e Brouzet (*Essai sur l’education medicinale des enfants et sur leurs maladies*, 1754)

18. Apresenta dados de um recenseamento da Corte, de 1872, para provar que o número de crianças freqüentadoras de escolas já era bastante significativo. De acordo com esse censo, na Corte havia 67.064 crianças e, desse total, 15.923 encontravam-se matriculadas em uma rede de 192 escolas gratuitas (públicas e subvencionadas) e pagas. Desse quantitativo de escolas, 94 eram gratuitas, sendo 46 voltada para o ensino masculino e 48 para o público feminino. Neste censo discrimina-se ainda o público das escolas públicas e particulares quanto ao gênero, sendo encontrados 4.734 alunos e 4.588 alunas na rede pública e 3.470 meninos e 3.131 meninas nas escolas da rede privada.

19. Segundo ele, as conferências e exposições escolares que aconteciam eram interessantes, mas pouco práticas do ponto de vista da higiene escolar, sobretudo porque ainda tratavam as crianças de modo fragmentado, abandonando o trabalho corporal/físico.

20. Reconhece que já se dispndia uma grande soma com o ramo escolar, apesar do atraso em que o mesmo ainda se encontrava, o que poderia nos levar à conclusão de que o problema era, então, de gerenciamento dos recursos. Este problema até poderia existir, mas este médico aponta, também, para a necessidade de elevação dos recursos a serem gastos com educação, propondo um imposto pequeno por habitante, a exemplo do que, segundo ele, já era praticado na maior parte dos países estrangeiros. A inclusão de um “imposto escolar” também esteve presente no horizonte do poder executivo central a ponto de, no relatório ministerial de 1879, o Ministro Carlos Leôncio de Carvalho defendê-lo como alternativa para o problema do financiamento da educação.

reclusa – e aquele de fendido pela higiene. Neste sentido, cabe acompanhar o seu posicionamento sobre este aspecto da cruzada moralizadora que pretendia ver deflagrada.

Higiene e o combate à reclusão

Apri ncipal re clama ção do Dr. Vas con cel los, em sua tese de 1888, re fe re-se ao des pre zo pelas regras de higiene escolar, o que terminava por orientar as demais reclamações que apresenta em seu discurso. No item intitulado “Inter na to se Ex ter na tos”, ex pri me uma re cu sa ve e men te com re la ção aos in ter na tos que, para ele, se constituíam em uma das fontes de enfraquecimento orgânico e de decadência da espécie, pois aquele modelo de escola não possuía “in ter esse úni co na edu ca ção ge ne ro sa da mocidade e no cum pri men to da mis são sa gra da de en tre gar à pá tria ci da dãos ro bus tos e ap tos para to dos os mis te res”. Ao con trá rio, o in ter esse úni co dos in ter na tos resi di ria, se gun do ele, no ma i or ou me nor lu cro que lhes po de ria advir do ensino. Além deste aspecto, enumerava outros que também condenava como, por exemplo, o regime disciplinar que aprisionava as crianças, a alimentação quase sempre mal preparada, mal escolhida, mal distribuída e “não ra ras ve zes pou co as se i a da”, a ausência de vigilância nos dormitórios, o número excessivo de alunos e o longo tempo de estudo.

Ao concluir sua exortação contra os internatos, o Dr. Vasconcellos recorreu à Arnould²¹ que afirmava “o in ter na to é de plo rá vel a todos os respeitos”, sendo “nullo para a educação e torna-se odioso para os pensistas.”²² O médico brasileiro reconhecia, contudo, a utilidade dos internatos para os meninos que não possuíssem família próxima da localidade em que o colégio estivesse instalado, ou quando o menino precisasse de “sujeição”. Nesses dois casos, considerados como exceção, mais do que em qualquer outro, os internatos deveriam ser organizados sob a égide da

higiene e presididos pelos seus cânones, de modo a evitar desregramentos, desencaminhamentos, entrega à vida agitada das paixões e abandono completo dos deveres de aluno.

Con tra o mo de lo dos in ter na tos, o pro fes sor da FMRJ de fen dia a ado ção dos ex ter natos como padrão que, na perspectiva adotada, deveriam ser localizados, construídos, organiza dos e man ti dos sob to das as re gras que a hi gi e ne e a pe da go gi a pres cre vi am, de modo a pre en cher “com ple ta men te a mis são” a que se des ti na vam. Com isso, enu me ra va as vantagens deste modelo:

Com efeito, terminada a tarefa escolar, o aluno regressa para a sua casa, onde, além dos cuidados da família, em contra liberdade do exercício, sem sujeitar-se a determinadas convenções disciplinares.

O exer ci cio que elle faz quan do se di ri ge para a es co la, ou quan do d’ahi sae, pro duz a mais be ne fi ca in flu en cia sobre o or ga ni smo; o alu mo deixa atmos phera sob re car rega da de ex ha la ções das sa las dos col le gi os e as pi ra, pelo me nos durante um certo tempo (duas a quatro vezes por dia), um ar mais puro e mais livre. (1888)

O externato permitiria às crianças uma espécie de liberdade, ao mesmo tempo em que as obrigava a um exercício físico diário em virtude do deslocamento que teriam de realizar entre a casa e a escola. Este é, por tanto, o modelo de escola apre go a do pelo Dr. Vas con cel los, especialmente porque:

Des gra ça da men te, raro não é o col le gio em tre nós que pos sue, já não di ze mos bôas, re gu la res con di ções de hy gi e ne. Em geral as salas

21. *Traité de Hygiene Publique et Privée*, p.1122.

22. Partilha da crítica formulada por Hippeau em seu relatório (1871), aproximando-se, deste modo, do modelo que segundo o relator francês encontrava-se em voga nos EUA.

acanhadas, malventiladas, maliluminadas, sem a conveniente orientação, sem espaços suficientes para recreios, latrinas, etc.; além disso, um numero de alumnos ahi accumulados, excedendo do dobro, do triplo e além da lotação máxima. (1888)

A defesa dos externatos encontra-se, portanto, ancorada no argumento de que a saída da criança do prédio escolar é positiva, visto que a arquitetura do mesmo era contra-indicada, pois não atendia aos coeficientes higiênico-sanitários²³ recomendados pelos médicos, sendo a saída dos espaços escolares um procedimento que funcionaria como linha de fuga, possibilitando ao aluno uma vida mais saudável do ponto de vista físico e moral. Na tentativa de ampliar a sustentação de seus argumentos, recorreu a um levantamento produzido pelo Delegado de Instrução da Freguesia de São Cristóvão, Sr. Silva Santos. Apoio a desse levantamento, Dr. Vasconcellos conclui:

Agora, se considerarmos de um lado os grandes inconvenientes da aglomeração e de outro os que resultam da impropriedade dos prédios, sobretudo de particulares, que são utilizados para tão exigente objectivo, baldos das principais condições que a hygiene contemporanea prescreve e capazes de serios riscos pela falta de regular distribuição da luz natural e da renovação methodica e completa do ar respiravel que os alumnos devem consumir durante muitas horas no curso de 300 dias do anno, a imaginação certamente não attinge de presente a enorme soma de prejuizos physicos e moraes que em taes estabelecimentos se preparam ou se consomem em nome da caridade e do progresso. (1888)

É, pois, preocupado com a formação intelectual, moral e física da juventude masculina e feminina que esse médico apresenta um conjunto de medidas orientadoras da reforma profunda que pretendia submeter os externatos,

volta dos para toda a população, e os internatos (apenas os que fossem com provada mente necessários). Tais medidas possuíam como ponto de origem comum a doutrina da hygiene²⁴, mãe exremosa que deveria guiar o modo de conceber, estruturar, edificar e funcionar dos colégios, intervindo, dessa maneira, na formação da juventude e, por conseguinte, na própria construção do futuro da Corte Imperial e da pátria brasileira. Posicionando-se contra a clausura dos internatos/seminários, esse médico posiciona-se, igualmente, contra a escola unidimensional, isto é, aquela preocupada fundamental e exclusivamente com a formação intelectual. Assim, combatendo uma forma escolar, combatia também um modelopedagógico.

Ao percorrer a questão do conceito de educação partilhado pelos médicos por intermédio de uma série documental constituída por teses de fenidas, na FMRJ, entre 1854 e 1888, foi possível acompanhar a manutenção do padrão discursivo e a existência de algumas tensões neste período. Do que foi possível perceber, para efeito de conclusão da análise do esforço dos médicos em produzir consenso em torno do corpo doutrinário da hygiene, destacaria uma insistência e uma repetição presentes, seja nas teses que apre-

23. O autor apresenta dados de um levantamento realizado em 15 colégios que atesta que os coeficientes de iluminação, ventilação e ar permanente comportariam apenas 1.145 alunos distribuídos em 618 para as escolas de meninas e 597 para os cursos de rapazes, de um total de 1.633 matriculados. Os dados funcionam para provar que o excesso de alunos é algo que deveria ser combatido em favor da boa hygiene escolar.

24. Sobre o amplo arco de competências a ser recoberto pela hygiene, o Dr. Vasconcellos afirma: "Não ha desconhecer-se que a hygiene escolar joga com todos os elementos da materia da hygiene, quer individualmente, quer em coletividade; não se póde, pois, exigir os preceitos de edificação, exposição, disposição, etc., estejam na dependencia dos preceptores; não, pertence aos higienistas estipular-os, aos governos a sua determinação e aos engenheiros a sua execução." Este discurso, além de assinalar a amplitude do arco higienista, também hierarquiza e ordena posições. No principio e no fim, a hygiene, na medida em que são os higienistas os formuladores e seriam, eles também, os fiscalizadores. Produtores e gerentes da ordem escolar, portanto.

tam um recorte mais específico pelo tema da educação física, seja nas de mais. Seja nas que procuram tematizar de modo mais enfáticos “colégios”, seja naquelas cujas preocupações giravam em torno da preocupação com a “formação da mocidade” carioca/fluminense. Insistência no poder da higiene. Repetição na compreensão da necessidade de se fazer uma intervenção higiênica que articulasse, cimentasse e desenvolvesse, simultaneamente, as três dimensões do homem, reconhecidas e referidas pelo discurso da “mãe extrema-sa”: a moral, a física e a intelectual. Insistindo e circunlando em torno desses princípios, os médicos procuraram instituir uma tripla representação dos colégios, que se manifestava em forma de combate à exclusividade do físico, à exclusividade do intelecto e à exclusividade da moral. Recusa, pois, à manutenção da escola-ginásio, da escola-cárcere²⁵ e da escola-igreja.²⁶

Na nova ordem pedagógica imaginada pela higiene, não mais caberia cultuar uma faculdade do homem de modo exclusivo e mutuamente excludente. Nesse sentido, os higienistas rechaçavam a crença de um programa de formação inspirado no absolutismo de qualquer um dos fragmentos humanos, construindo, então, a crença na trindade pedagógica, fundada sob o calor dos saberes da higiene. Na ordem médico-higiênica, era tempo de integrar as dimensões humanas que, tradicionalmente, até o século XIX, na Corte Imperial e no Brasil, viviam sendo concebidas e tratadas isoladamente. Era tempo de uma nova religiosidade, ancorada no saber-poder da ciência. Era tempo de instituir uma nova representação dos colégios, das políticas públicas voltadas para a educação e, também, de novas práticas escolares. Era, enfim, chegado o tempo da trindade pedagógica e da utopia de intervir na formação de um homem novo. Novo por que bem constituído física, moral e intelectualmente. Novo por que inscrito em uma percepção do homem e da sociedade que buscava legitimar-se como

nova, em um tempo no qual se dirigiam ações rumo à modernização da sociedade, do trabalho, da economia e da escola. Era tempo de urbanização e de aburguesamento. Portanto, também era tempo de higienização.

Higienização escolar que, recobrando diversos aspectos (circumfusa, ingesta e aplicada, dentre outros), desdobrava-se também na partilha de conceitos referentes à produção de um corpo educado, de faculdade desintelectuais higienizadas e do patrocínio e estímulo àquilo que os próprios médicos designam de “ginástica da vontade”, isto é, a definição da própria moral do homem, que deveria presidir as práticas escolares. No interior desse complexo e descontínuo arcabouço discursivo, a idéia de infância e de educação escolar são constituídos simultaneamente, solidária e mutuamente dependentes. Com isso, ao representar a infância como o “porvir do amanhã”, acionando o argumento da religião-caridade, da prevenção, da economia, da eugenia ou mesmo do direito, tal esforço colabora para se construir a representação da escola higiênica – higienizadora e higienizadora – como incubadora de um “amanhã” regido e controlado pela racionalidade comprometida com uma ordem que produzia seus “engeitados” e “incluídos”, tanto como enunciava dispositivos voltados mais para a redução dos efeitos das desigualdades existentes entre uns e outros do que propriamente para a erradicação de suas efetivas motivações.

Nesses termos, torna-se possível relativizar a reação “in digna da” do Dr. Moncorvo

25. Valho-me dessa associação porque os médicos, ao criticarem a escola do imobilismo e dos longos tempos dedicados ao estudo, frequentemente associavam essa modalidade de ensino àquela preocupada exclusivamente com o desenvolvimento intelectual dos alunos e, desta forma, para eles, constituíam-se em verdadeiras prisões para os jovens.

26. Hippeau (1871) trabalha com associações semelhantes ao combater os internatos que, segundo ele, eram uma “triste mistura de claustro e quartel”.

Filho (1922) a Gustave Le Bon que, segundo ele, “ignominiosamente”, “comignorância deplorável” do Brasil, representou-nos como “um povo decadente e ‘trop libéral pour des races sans energie et sans volonté...” Contra essa posição, recusando esse suposto traço natural do povo brasileiro, dirigindo-se à audiência da sessão de abertura do I Congresso Brasileiro de Protecção á Infancia, o médico brasileiro afirmava: “Senhores, póde ser que laboremos em erro. Esta mos, porém, convencidos de que o nos so tra ba lho, no sen ti do de con se guir para o nos so Bra sil o me lho r por vir, deverá ser cuidar desveladamente, dessa

geração que amanhã bemdirá os nossos esforços, as nos sas luc tas e as nos sas vic to ri as.” (1922, p.129). Assim, coloca na intervenção continuada jun to às cri an ças toda a responsabilidade pelo futuro grandioso que idealizava e prometeia, cujo alcan ce dependia de uma infância devidamente higienizada, mesmo que tal estratégia produzisse, legitimasse e terminasse por naturalizar as desigualdades da “geração do amanhã”, o que, de sua parte, colaborava para manter viva a representação do eugenista francês que deixava o médico brasileiro “tão indignado”.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed.. Trad. de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ARMONDE, Amaro Ferreira das Neves. *Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro, e de sua influência sobre a saúde*. Rio de Janeiro: Typ. do Apos to lo, 1874.
- COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA, Maria J. F. F.; SHENA, Deilson R.; SCHIMDT, Maria A. (Orgs.) *1ª Conferência Nacional de Educação*. Brasília: MEC/INEP-IPARDES, 1997.
- COUTINHO, Candido Teixeira de Azeredo. *Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nos sos: regras principaes ten dentes á con ser va ção da sa u de e ao de sen vol vi men to das for ças physi cas e intel lect u a es, se gun do as qua es se de vem re gu lar os nos sos col le gi os*. Rio de Janeiro: Typographia Univer sal de La em mer t, 1857.
- DEPARTAMENTO DA CREAÇÃO NO BRASIL. I Congresso Brasileiro de Protecção á Infância. 6º Boletim (1921-1922). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.
- FERNANDES, Rogério. Ori en ta ções pe da gó gi cas das “Ca sas de Asi lo da Infân cia Des va li da” (1834-1840). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.109, p.89-114, mar. 2000.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Trad. de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GONÇALVES, Francisco de Paula Lazaro. *Que re gi mem será mais con ve ni en te para a cri a ção dos ex pos tos da San ta Casa da Mi sericor dia, atten tas nos sas cir cum stan cias espe cia es, ac ri a ção em com m un den tro do hos pic io, ou a pri va da em ca sas par ti cu la res?* Rio de Janeiro: Typographia Univer sal de La em mert, 1855.
- GONDRA, J. G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- _____. *Medicina, higiene e educação escolar*. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- GUIMARÃES, Antenor A. R. *A hygiene dos collegios applicavel aos nos sos: es bo ço das re gras prin ci pa es ten den tes á con ser va ção da sa u de e ao de sen vol vi men to das for ças physi case intel lect u a es, se gun do as qua es se de vem re ger os nos sos col le gi os*. Rio de Janeiro: Typographia Impar cial de J. M. Nunes Garcia, 1858.

HIPPEAU, C. *L'instruction publique aux États-Unis: écoles publiques, collèges, universités, écoles spéciales*. 2. ed. Paris: Didier, 1872.

KOSSELLECK, R. *Le futur pas sé: contributions à la séman tique des temps his to ri ques*. Tra du it par Jo chen Ho ock; Marie Cla i re Ho ock. Paris: Édi ti ons de l'éco les des ha u tes étu des en sci en ces so ci a les, s. d.

KUHLMANN JR., Moy sés. Edu can do a in fân cia bra si le i ra. In: LOPES, Eli a ne Mar ta T.; FARIA FILHO, Lu ci a no M.; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de edu ca ção no Bra sil*. 2. ed. Belo Ho ri zon te: Au tên ti ca, 2000.

LEITE, Mi ri am L. M. A in fân cia no sé cu lo XIX se gun do me mó ria e li vros de vi a gens. In: FREITAS, Mar cos Ce zar de. (Org.) *His tó ria so ci al da in fân cia no Bra sil*. São Pa u lo: Cor tez/USF, 1997.

MARCILIO, Ma ria Lu i za. A roda dos ex pos tos e a cri an ça aban do na da na His tó ria do Bra si l (1726-1950). In: FREITAS, Mar cos Ce zar de. (Org.) *His tó ria so ci al da in fân cia no Bra sil*. São Pa u lo: Cor tez/USF, 1997.

_____. *His tó ria so ci al da cri an ça aban do na da*. São Pa u lo: HUCITEC, 1998.

SPENCER, Her bert. *Da edu ca ção in te lec tu al, mo ral e phy si ca*. Lisboa: Edi to ra Lit te ra ria Flu mi nen se, 1886.

PRIORI, Mary del (Org.). *His tó ria das cri an ças no Bra sil*. São Pa u lo: Con tex to, 1999.

VASCONCELLOS, Carlos Rodrigues. *Hygiene Escolar: suas aplicações á Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1888.

Re ce bi do em 31.08.00

Apro va do em 07.11.00

José G. Gon dra é pro fes sor ad jun to na Uni ver si da de Esta du al do Rio de Ja ne i ro (UERJ), co or de na dor da área de His tó ria da Edu ca ção e Dou tor em Edu ca ção pela USP, na área de His tó ria da edu ca ção e his to ri o gra fia.